

MP pede suspensão de operação policial em terra indígena

Categories : [Notícias](#)

As tensões no município de Itaituba e arredores aumentaram há duas semanas, quando o governo mandou a Força Nacional e o Exército realizarem a segurança dos 80 pesquisadores que estão na região para levantar os dados dos estudos de impacto ambiental da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós. O Ministério Público Federal interpôs, na quarta-feira (03), recurso para suspender a operação militar, assim como qualquer processo de licenciamento ou estudo, antes das comunidades afetadas (indígenas e ribeirinhos) serem consultadas.

Em [novembro do ano passado](#), a Justiça Federal em Santarém já havia congelado qualquer etapa do licenciamento, determinando a realização de consulta prévia aos índios e uma avaliação ambiental integrada dos impactos de todas as usinas planejadas para a bacia do rio Tapajós.

O governo planeja a instalação de pelo menos 5 usinas hidrelétricas na região – UHE de São Luiz de Tapajós, UHE Jatobá, UHE Cachoeira de Caí, UHE Jamanxin e UHE Cachoeira dos Patos –, que comporão o complexo hidrelétrico de Tapajós.

O recurso do Ministério Público foi apresentado à Justiça Federal em Santarém, mas deve ser apreciado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, requerendo o congelamento das avaliações ambientais que estão sendo feitas na região, principalmente na terra indígena Munduruku, onde um [índio foi morto](#) durante operação da Polícia Federal para combater mineração ilegal.

“A realização de avaliação ambiental antes do processo de consulta ofende à Convenção 169 da OIT, porquanto a consulta aos povos indígenas e às população tradicionais deve ser prévia”, diz o [recurso](#). “O Governo Federal, ao tentar realizar de maneira precipitada o processo de consulta, no cenário de potencial conflito como o atual, descumpra a Convenção 169 da OIT e sujeita o Estado brasileiro a sanções na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)”.

O governo se defende afirmando que está cumprindo a decisão da Justiça Federal de fazer a avaliação ambiental integrada e que, para isso, precisa fazer estudos. Através [de nota](#), o Ministério de Minas e Energia afirmou que os estudos estão sendo feitos sem o ingresso de pesquisadores e força policial nas terras indígenas.

Para o Ministério Público, a consulta pública tem que ser feita antes de qualquer estudo ou licença e é isso que vão defender nos tribunais.

Histórico de polêmicas

As usinas do complexo hidrelétrico de Tapajós são um projeto prioritário para o governo. Na primeira semana de 2012, a presidente Dilma [diminuiu o tamanho de 7 unidades](#) de conservação na Amazônia para viabilizar o licenciamento das usinas. Foi o primeiro passo para tirar da gaveta o plano de aproveitamento hídrico para a geração de energia.

Mesmo com o protesto dos [gestores das unidades](#) e críticas de ambientalistas, a medida provisória 558 tramitou tranquilamente nas duas casas legislativas e [foi aprovado com louvor](#). No final de junho de 2012, uma semana depois do encerramento da Rio+20, os novos tamanhos das unidades de conservação foram publicados no Diário Oficial.

A região de Itaituba e arredores vivem da exploração do metal e alguns [garimpos serão alagados](#). Em setembro passado, ((o)) eco teve acesso a documento que alertava para o perigo do deslocamento da mineração na região para áreas preservadas da floresta.

A Procuradoria Geral da República impetrou uma [Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\)](#) em fevereiro de 2012 contra a Medida Provisória que mudou o tamanho das unidades de conservação, mas até agora a ação não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

Leia Também

[Justiça congela licença para a usina São Luiz do Tapajós](#)

[MPF questiona redução de UCs na Amazônia](#)

[Gestores ambientais são cúmplices do avanço das hidros](#)

Saiba Mais

[Íntegra do recurso - Processo nº 3883-98.2012.4.01.3902](#)